



CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS
2ª CÂMARA DE JULGAMENTO

ATA DA 16ª (DÉCIMA SEXTA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL, REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA, DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS DO ESTADO DO CEARÁ DO ANO 2020.

Aos 18 (*dezoito*) dias do mês de setembro do ano 2020 (*dois mil e vinte*), às 8h 30min. (*oito horas e trinta e cinco*), após verificado o quórum regimental estabelecido no art. 52 do RICRT/CE, e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 16ª (*décima sexta*) Sessão Ordinária Virtual da 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará, sob a Presidência da Dra. Maria Elineide Silva e Souza. Presentes à Sessão os Conselheiros Leilson Oliveira Cunha, Carlos Raimundo Rebouças Gondim, Henrique José Leal Jereissati, José Alexandre Goiana de Andrade, Wander Araújo de Magalhães Uchôa e Marcus Mota de Paula Cavalcante. Também presente, o Procurador do Estado, Dr. Ubiratan Ferreira de Andrade. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Silvana Rodrigues Moreira de Souza. Iniciada a sessão, foi aprovada a Ata da sessão anterior. Em seguida, passando à **ORDEM DIA**, foram anunciados os seguintes processos: **Processo de Recurso nº 1/20/2018 – Auto de Infração: 1/201718609. Recorrente: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Recorrido: AUTO POSTO CONFIANÇA COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS LTDA. Relator: CONSELHEIRO LEILSON OLIVEIRA CUNHA. Decisão:** Resolvem os membros da 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Reexame Necessário, negar-lhe provimento, para confirmar a decisão **absolutória** exarada em 1ª Instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado, em sessão, pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso nº 1/835/2018 – Auto de Infração: 1/201720787. Recorrente: EASY TAXI AÉREO LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO MARCUS MOTA DE PAULA CAVALCANTE. Decisão:** Resolvem os membros da 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário para deliberar sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: **1. Reenquadramento para a penalidade prevista no art. 123, VIII, “d”, da Lei nº 12.670/96** – Afastada, por unanimidade de votos, uma vez que a infração sob análise possui penalidade específica na legislação vigente. **2. Aplicação do art. 126, parágrafo único, da Lei nº 12.670/96, antes da alteração proporcionada pela Lei nº 16.258/2017** – Afastada por unanimidade de votos, tendo em vista que as operações em questão não estavam registradas na EFD. **3. No mérito**, também por unanimidade de votos, a 2ª Câmara resolve negar provimento ao recurso interposto, para confirmar a decisão **condenatória**, porém aplicando a penalidade prevista no art. 123, VIII, “L”, da Lei nº 12.670/96, alterado pela Lei nº 16.258/2017. Decisão nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado em sessão pelo representante da Procuradoria Geral do Estado, no que se refere a sua fundamentação. **Processo de Recurso nº 1/833/2018 – Auto de Infração:**

1/201720777. Recorrente: EASY TAXI AÉREO LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO JOSÉ ALEXANDRE GOIANA DE ANDRADE. Decisão: Resolvem os membros da 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário para deliberar sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: **1. Com relação a preliminar de nulidade suscitada pela parte, por inadequação normativa da penalidade aplicada, tendo em vista a impossibilidade da lei tributária retroagir para prejudicar o contribuinte** – Afastada, por unanimidade de votos, considerando que quando da ocorrência do fato gerador, já havia penalidade para a infração cometida, mais gravosa do que a disposta na lei atual. **2. Reenquadramento para a penalidade prevista no art. 123, VIII, “d”, da Lei nº 12.670/96** – Afastada, por unanimidade de votos, uma vez que a infração sob análise possui penalidade específica na legislação vigente. **3. Aplicação do art. 126, parágrafo único, da Lei nº 12.670/96, antes da alteração proporcionada pela Lei nº 16.258/2017** – Afastada por unanimidade de votos, tendo em vista que as operações em questão não estavam registradas na EFD. **4. Quanto ao pedido de suspensão da taxa recursal** – Afastado, nos termos do art. 48, § 2º, da Lei nº 15.614/2014, uma vez que não cabe ao Conat a análise deste tema. **5. No mérito**, por maioria de votos, a 2ª Câmara resolve dar parcial provimento ao recurso interposto, para modificar a decisão condenatória exarada em 1ª Instância, e julgar **parcialmente procedente** a acusação fiscal, aplicando a penalidade do art. 123, VIII, “L”, da Lei nº 12.670/96, alterado pela Lei nº 16.258/2017, conforme o voto do Conselheiro Relator. Vencidos o Conselheiro Leilson Oliveira Cunha, que se pronunciou pela procedência, com aplicação da penalidade do art. 126, da Lei nº 12.670/96 de forma autônoma e o Conselheiro Henrique José Leal Jereissati, que também se pronunciou pela procedência, aplicando a penalidade do art. 123, III, “g”, combinado com o art. 126, da Lei nº 12.670/96. Decisão nos termos do voto do Conselheiro Relator e, somente no que se refere ao mérito, em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado em sessão pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso nº 1/836/2018 – Auto de Infração: 1/201720790. Recorrente: EASY TAXI AÉREO LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO HENRIQUE JOSÉ LEAL JEREISSATI. Decisão:** Resolvem os membros da 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário para deliberar sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: **1. Com relação a preliminar de nulidade suscitada pela parte, por inadequação normativa da penalidade aplicada, tendo em vista a impossibilidade da lei tributária retroagir para prejudicar o contribuinte** – Afastada, por unanimidade de votos, considerando que quando da ocorrência do fato gerador, já havia penalidade para a infração cometida, mais gravosa do que a disposta na lei atual. **2. Reenquadramento para a penalidade prevista no art. 123, VIII, “d”, da Lei nº 12.670/96** – Afastada, por unanimidade de votos, uma vez que a infração sob análise possui penalidade específica na legislação vigente. **3. Aplicação do art. 126, parágrafo único, da Lei nº 12.670/96, antes da alteração proporcionada pela Lei nº 16.258/2017** – Afastada por unanimidade de votos, tendo em vista que as operações em questão não estavam registradas na EFD. **4. Quanto ao pedido de suspensão da taxa recursal** – Afastado, nos termos do art. 48, § 2º, da Lei nº 15.614/2014, uma vez que não cabe ao Conat a análise deste tema. **5. No mérito**, por maioria de votos, a 2ª Câmara resolve dar parcial provimento ao recurso interposto, para modificar a decisão condenatória exarada em 1ª Instância, e julgar **parcialmente procedente** a acusação fiscal, aplicando a penalidade do art. 123, VIII, “L”, da Lei nº 12.670/96, alterado pela Lei nº 16.258/2017, conforme o primeiro voto divergente e vencedor, proferido pelo Conselheiro José Alexandre Goiana de Andrade, que ficou designado para lavrar a Resolução. Vencidos o Conselheiro Leilson Oliveira Cunha, que se pronunciou pela procedência, com aplicação da penalidade do art. 126, da Lei nº 12.670/96 de forma autônoma e o Conselheiro Henrique José Leal Jereissati, que também se pronunciou pela procedência, aplicando a penalidade do art. 123, III, “g”, combinado com o art. 126, da Lei nº 12.670/96. Decisão nos termos do voto do Relator designado e, somente no que se refere ao mérito, em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado em sessão

pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 22 de setembro do corrente ano, às 8h30min. (*oito horas e trinta minutos*). E para constar, eu, Silvana Rodrigues Moreira de Souza, Secretária da 2ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pela Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

Maria Elineide Silva e Souza
PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA

Silvana Rodrigues Moreira de Souza
SECRETÁRIA DA 2ª CÂMARA